

CAPITALISMO E TRABALHO NO BRASIL DO SÉCULO XXI: METAMORFOSES DA AUTOCRACIA BURGUESA (1964-2004)

Giovanni Alves*

Resumo

O objetivo deste ensaio é apresentar um panorama crítico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil nos últimos 40 anos, discutindo os vários surtos de reestruturação produtiva e a natureza da crise do capitalismo brasileiro, em suas múltiplas dimensões. É importante apreendermos as transformações na classe que vive da venda da força de trabalho a partir das metamorfoses (e da crise) do sistema sociometabólico do capital no Brasil, em sua articulação com o capitalismo mundial.

Palavras-chave

Trabalho; capitalismo; reestruturação produtiva; toyotismo.

Abstract

The objective of this paper is to present a critical view of the development of the capitalism in Brazil in last the 40 years. It also discusses the moments of productive reorganization and the nature of the crisis of the Brazilian capitalism in its multiple dimensions. It is important to apprehend the transformations of labour class from the metamorphoses (and of the crisis) of the socio-metabolic system of the capital in Brazil, in its joint with the world-wide capitalism.

Key-words

Labour; capitalism; productive reorganization; toyotism.

O que nos interessa neste ensaio é apresentar alguns elementos para uma reflexão sobre o desenvolvimento e a crise do capitalismo no Brasil, vislumbrando, através dele, de forma meramente introdutória, a constituição particular-concreta do precário mundo do trabalho no país. Num primeiro momento, apresentaremos, como nexos mediativos da nossa abordagem, o *complexo de reestruturação produtiva* que se constituiu no bojo deste desenvolvimento capitalista. Num segundo momento, discorreremos sobre as dimensões da crise do capitalismo no Brasil e seus impactos na estrutura de classe do mundo do trabalho.

Em sua feição moderna, o processo de reestruturação produtiva no Brasil nasceu com a industrialização pesada na década de 1950 e, a partir do golpe de 1964 (com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado), assumiu proporções inéditas. O que consideramos *reestruturação produtiva* pode ser caracterizado como a adoção mesclada de novos paradigmas socioorganizacionais e tecnológicos do centro capitalista mais desenvolvido pelos pólos mais avançados de acumulação de capital. Ontem, seu *momento predominante* era o taylorismo-fordismo; hoje, o toyotismo, em suas variadas tonalidades. Ela atinge tais *loci* produtivos (e reprodutivos) de forma desigual e combinada e insere o país no drama moderno, mas com particularidades candentes, em virtude da nossa objetivização colonial-prussiana.

Em primeiro lugar, procuraremos situar os vários *processos de reestruturação produtiva* no país, principalmente de Kubitschek a Cardoso, como algo intrínseco à própria lógica complexa (e contraditória) do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, sob as condições determinantes do capitalismo mundial. São verdadeiras *ofensivas do capital na produção*, que tendem a constituir e reconstituir a objetividade (e subjetividade) do trabalho.

Após 1945, deu-se o (1) primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista/fordista. Desenvolveu-se a partir de meados dos anos 50, sob o governo Kubitschek, a *era do desenvolvimentismo*. O (2) segundo ciclo ocorreu na época do “milagre brasileiro”, sob a ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, foi decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o (3) terceiro (e atual) impulso de reestruturação produtiva vincula-se à época de crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista (a *acumulação flexível*), cujo “momento predominante” é o toyotismo. Ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte, os anos 1990, a *era neoliberal*: é o que denominaremos *novo complexo de reestruturação produtiva*, sendo vinculado à Terceira Revolução Industrial e à proliferação dos novos paradigmas de organização industrial.¹

Todos esses surtos de reestruturação produtiva se inseriram no bojo de uma integração do país ao sistema mundial do capital. São parte de um processo complexo de desenvolvimento do capitalismo mundial, sendo seu conteúdo dado pelo caráter deste desenvolvimento. O que procuramos salientar é que, do ponto de vista do mundo do trabalho, o novo complexo de reestruturação produtiva (que se desenvolve na época neoliberal) possui um potencial significativo de regressividade histórica, em virtude de promover a debilitação da sociabilidade contestatória da classe e “desmontar” os nichos de modernidade e de sociedade salarial mais desenvolvida. Na verdade os reconstitui, sob a ótica da nova forma de acumulação capitalista afetada pelo sociometabolismo da barbárie social.² Não se trata, meramente, de uma *reposição* da modernidade do capital, mas de sua *problematização* nas condições de uma crise estrutural rastejante. Como sintoma desta regressividade histórica, é perceptível a precarização da base social do sindicalismo de massas, cujo desenvolvimento ocorreu sob o período da “industrialização substitutiva”. Foi a partir do novo surto de reestruturação produtiva que se instaurou, com maior vigor, a crise do sindicalismo, a crise de um sujeito histórico capaz de pôr obstáculos à superexploração do trabalho (um dos traços estruturais do capitalismo retardatário no Brasil).

O novo complexo de reestruturação produtiva que se impulsionou a partir da “década neoliberal” no Brasil contrasta, por exemplo, com o surto de reestruturação produtiva que ocorreu a partir de meados dos anos 50, sob o governo Kubitschek, e mesmo com aquele que se desenvolveu a partir de 1964 e chegou ao ápice na década de 1970. A partir de então, criaram-se no país as bases materiais de uma modernidade hipertardia, que instaurou uma nova sociabilidade do trabalho urbano-industrial, vinculada à grande indústria de cariz taylorista/fordista. Surgiu o operário-massa, com potencial contestatório à superexploração do trabalho. O que ocorreu a partir dos anos 1990 foi a diluição desta base moderna e a constituição problemática de um novo (e precário) mundo do trabalho.³

A expansão do capitalismo industrial no Brasil

Apenas na década de 1930 o capitalismo no Brasil tendeu a se integrar ao processo da Segunda Revolução Industrial, ainda como uma “industrialização restringida”; razão pela qual alguns autores o consideram um capitalismo hipertardio, que seguiu uma trajetória distinta da dos países da Europa Ocidental e da dos Estados Unidos, de caráter clássico; ou da Alemanha e do Japão, de caráter tardio.⁴ Na verdade, o processo de industrialização brasileira desenvolveu-se sob a determinação estrutural do capitalismo mundial, sem nunca ter conseguido romper sua condição de país subordinado.

Em meados dos anos 50, com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, ocorreu um vigoroso processo de acumulação de capital no país. O aprofundamento da abertura da economia ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, acompanhada e amparada pelo investimento público (energia, transportes, etc.), promoveria, entre 1956 e 1961, um pronunciado salto no processo de “industrialização pesada”.⁵

Foi a partir daí que se constituiu um novo tipo de objetivação do capitalismo industrial no Brasil, uma nova base material de acumulação do capital, adequada à lógica do capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra, que tendia a restabelecer, num novo patamar histórico, a relação centro-periferia. Em seu bojo irrompeu, com maior amplitude, um surto de reestruturação produtiva, sob o predomínio do padrão taylorista/fordista, que tendia à constituição de um novo mundo do trabalho, um novo proletariado metalúrgico, vinculado a indústrias produtoras de bens de consumo duráveis (cujo maior exemplo é o complexo automotivo sediado na região do ABC paulista).

Subjacente à constituição dos novos pilares da modernização hipertardia no Brasil, ocorria, no plano mundial, um novo período de internacionalização do capital, que instaurava uma nova divisão internacional do trabalho. Esta nova etapa ocorria não apenas em sua dimensão comercial, com o incremento dos circuitos de mercadorias e de capitais, mas em seu aspecto *produtivo* – os países do capitalismo central começavam a deslocar seus aparelhos industriais para a periferia do sistema capitalista mundial.⁶

Ocorreu uma mudança no eixo estratégico do seu processo de industrialização, com um redirecionamento do padrão de acumulação de capital no Brasil, no sentido da ampliação não mais do setor de produção de capitais, mas do alargamento da esfera de produção de bens de consumo duráveis, sob propriedade do capital estrangeiro (o Departamento III da economia, na acepção dos esquemas de reprodução de Marx). O setor de produção de bens de consumo duráveis, liderados pelo complexo automotivo, tornar-se-ia o pólo “dinâmico” da nova industrialização brasileira. Seria em torno das novas grandes empresas da indústria automobilística (ou, ainda, da indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônica) que circulariam as pequenas e médias empresas industriais, a maioria delas localizadas em São Paulo (ou no Rio de Janeiro e em Minas Gerais).

Deste modo, de 1956 a 1961, desenvolveu-se no Brasil um complexo de reestruturação produtiva, voltado para a realização da grande indústria de perfil taylorista/fordista, e a vinculação do país às promessas da modernidade urbano-industrial. Ocorreu o crescimento do proletariado industrial moderno, vinculado à linha de montagem, com um potencial de desenvolvimento de uma consciência de classe.

A instalação com um “só golpe” do Departamento III da economia, o *setor de produção de bens de consumo duráveis*, promoveu uma reestruturação do aparelho industrial

no país, um crescimento acelerado da capacidade produtiva, um salto qualitativo com respeito à tecnologia vinculada à Segunda Revolução Industrial, à organização industrial taylorista/fordista. A instalação de imensas plantas industriais do capital internacional, concentrando uma massa de operários diretos e incentivando a criação de um complexo industrial (e de serviços), levou à constituição do “trabalhador coletivo” moderno no Brasil, que se tornaria o suporte material do sindicalismo de massas. Seria esta nova classe operária que se insurgiria, nos anos 70, contra a superexploração do trabalho.

Deu-se um avanço da divisão social do trabalho no país, uma maior diferenciação da estrutura social, em que se destacavam as novas classes assalariadas urbanas. Além do novo proletariado urbano, apareciam novas classes trabalhadoras não-operárias – por exemplo, “uma nova classe média” – dedicadas à produção de serviços, exigência dos requerimentos da matriz técnico-institucional da produção.

Através do Plano de Metas, a partir de meados dos anos 50, o governo Juscelino Kubitschek não só mudou o padrão de acumulação da economia brasileira, com o desenvolvimento da “industrialização pesada”, como redefiniu – e aprofundou – o papel do Estado, instaurando, de modo real, a grande empresa capitalista industrial como unidade-chave do sistema social, de capital internacional ou nacional. A corporação internacional se tornaria, então, o principal “agente” da modernização técnico-organizacional no país.

A expansão do capitalismo no Brasil não poderia deixar de estar apoiada no Estado: desde 1930, nosso processo de modernização capitalista ocorreu através desta instituição, que promoveu um desenvolvimento compulsório do setor industrial. Em meados dos anos 50, sua ação foi decisiva para o processo de implantação do capital internacional no país, a inserção do capitalismo brasileiro na nova etapa do capitalismo mundial. Primeiro, por investir na ampliação e aperfeiçoamento da infra-estrutura – principalmente de energia, para aumentar a capacidade de produção, e dos transportes, para colocar os produtos nos centros de consumo e a matéria-prima nos núcleos produtores. Em segundo lugar, por “estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo claramente um esquema de acumulação e concedendo-lhe generosos favores”.⁷ Naquele período histórico constituiu-se, em seus contornos essenciais, um novo padrão de financiamento do processo de acumulação capitalista no Brasil, centrado no tripé *Estado, capital estrangeiro e capital nacional*: era a instauração do Estado desenvolvimentista.

O objetivo supremo do “Estado desenvolvimentista” (ou, ainda, do Estado burguês tal como se constituiu no Brasil no período da “industrialização pesada”) era promover uma intervenção deliberada para a expansão da acumulação do capital industrial, que deveria se dar a partir de uma nova inserção do capitalismo brasileiro no sistema mundial.

Por isso, o papel de mediação do Estado era da máxima importância, principalmente considerando-se a sua particularidade histórica (o Estado desenvolvimentista como o “Leviatã” de uma “modernização conservadora”).

A constituição do novo padrão de acumulação capitalista no Brasil, a partir de meados dos anos 50, não é inteligível economicamente “em si”, como algo já determinado pela nova divisão internacional do trabalho, pela lógica intrínseca do processo de acumulação do capital internacional (o que nos conduziria a um “economicismo” que isola a economia da política). Na verdade, as classes sociais – e as frações de classes – atuaram deliberadamente em busca da ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento de novo tipo.⁸ É importante considerar, deste modo, o processo político, a dialética (e a luta) das classes sociais no interior do espaço nacional, a própria posição do Estado e suas relações com os agentes sociais internos (e externos), capazes de operar – e mediar –, por um lado, as necessidades da acumulação do capital, e, por outro, a pressão maciça das classes subalternas e os interesses da burguesia monopolista, nacional ou estrangeira, num novo período de internacionalização do capital.

O capitalismo industrial, sob a direção do “Estado desenvolvimentista”, possuiu uma positividade histórica, não apenas do ponto de vista do capital, mas da perspectiva do trabalho: constituiu um processo civilizatório nos trópicos que assentou as bases materiais da modernidade, ainda que hipertardia, instaurando um novo patamar de industrialização (e urbanização). A partir daí, desenvolveu-se um mercado interno, as novas classes assalariadas e, principalmente, uma nova classe operária com um potencial contestatório de massa, capaz de impulsionar a democracia política (e social) no país. Enfim, surgiu uma nova sociabilidade do trabalho (e do capital) capazes de ir além dos preconceitos tradicionais locais e regionais (além, é claro, de repor, num patamar superior, as contradições sócio-históricas).

Ascensão do capitalismo industrial no Brasil

O desenvolvimento capitalista no Brasil alcançaria, de 1968 a 1973, índices de crescimento impressionantes: o denominado “milagre brasileiro”, sustentado pela expansão do Departamento III. Outros “milagres capitalistas” ocorreriam alhures, como no México e na Coreia do Sul, demonstrando que o caso brasileiro vinculava-se a uma nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo mundial.⁹

Sob o chamado “milagre brasileiro”, o novo padrão de acumulação do capital instaurado em meados dos anos 50, de cariz desenvolvimentista, alcançaria o seu êxtase. O

ABC paulista despontava como um dos principais pólos industriais do país, cujo maior símbolo é o complexo automotivo. Intensifica-se um novo surto de reestruturação produtiva, com a ampliação das bases industriais vinculadas ao paradigma taylorista/fordista. Nesse período de modernização “desenvolvimentista”, pelo menos até a *crise da dívida externa* em 1983 e no decorrer da década de 1980, expande-se o mundo do trabalho moderno no país.

É irônico que ocorresse na periferia do sistema a expansão de uma modernidade já “afetada de negação” no centro capitalista (nos países capitalistas centrais, sob o impulso da nova crise de valorização do capital, a partir de 1973, desenvolvia-se a Terceira Revolução Tecnológica, que impunha novos padrões de organização industrial, de traços flexíveis). Esta é uma forma típica dos *capitalismos de exceção*: o *descompasso histórico* entre a modernidade nascente na borda subalterna mais desenvolvida do sistema mundial do capital – cujo exemplo maior é o Brasil – e a crise estrutural deste sociometabolismo que se manifestava no centro sistêmico do capitalismo mundial significava que o desenvolvimento desigual e combinado do sistema do capital imprimia sua marca em formas diferenciadas de sociotemporalidades no interior do próprio processo de modernização.

À medida que o capitalismo industrial se desenvolveu no Brasil, expandiu-se a base de exploração na indústria e nos serviços. No período da ditadura militar, a *superexploração do trabalho* assumiria a sua maior perversidade histórica, articulando, por um lado, uma jornada prolongada com uma intensidade extenuante do processo produtivo e, por outro, uma tendência persistente à depreciação salarial, à constante subtração do *quantum* referente à remuneração do trabalho, em benefício do mais-valor apropriado pelo capital monopólico.¹⁰ Um outro aspecto da superexploração do trabalho sob a ditadura militar era o despotismo do capital no local de trabalho e a utilização de operários não-qualificados, com alto grau de rotatividade na linha de produção.¹¹

A crise da modernização subalterna

Após atingir seu ápice, o padrão de acumulação capitalista no Brasil, de matiz desenvolvimentista, experimentalista, a partir de 1974, a sua agonia, que se manifestaria abertamente nos anos 1980. É possível indicar, apenas a título de síntese, que a crise do capitalismo industrial no Brasil, surgida a partir de 1973, foi a crise de um padrão de industrialização capitalista centrado na expansão do Departamento III – o setor de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.). Deste modo, é uma crise capitalista que *não* passa, de imediato, pelo esgotamento do padrão de organização do trabalho

intensivo baseado nos princípios taylorista/fordista. Mesmo no decorrer dos anos 80, como veremos mais adiante, a metamorfose da superexploração do trabalho garantiria, sob diversas formas, elevados patamares de lucratividade, articulando padrões tayloristas/fordistas no interior do novo paradigma industrial (o que denominamos toyotismo restrito).

Na verdade, a crise do capitalismo industrial no Brasil pós-1973 era uma crise do padrão da industrialização retardatária, que exacerbou a contradição existente entre uma industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do Departamento III (que requer o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional do capital).¹²

No período do “Estado desenvolvimentista”, a industrialização retardatária, comandada pelo capital internacional, voltava-se para o mercado interno, protegido pela reserva de mercado, com os oligopólios internacionais (e nacionais) conseguindo um elevado patamar de lucratividade (principalmente em suas relações de “promiscuidade” com o Estado). Entretanto, era possível constatar, em seu desdobramento histórico, uma contradição entre a industrialização voltada para o mercado interno e a nova etapa da economia capitalista mundial, caracterizada pela internacionalização do capital.

O incremento da industrialização no país, centrada nos setores de bens de consumo duráveis, tal como ocorreu a partir dos anos 50, exigia a importação de bens de produção dos países capitalistas centrais – implicando, portanto, a necessidade de meios internacionais de pagamento (no caso, dólares norte-americanos) –, que seriam adquiridos através do endividamento externo, propiciado pela liquidez do mercado internacional nos anos 60 e 70. O limite da industrialização hipertardia era posto, assim, pela sua condição de dependência à lógica do capital internacional, de acesso aos circuitos do capital financeiro internacional.

Em seu período de êxtase, pois, o padrão capitalista de cunho desenvolvimentista criou seus próprios limites de crescimento ao incrementar a *desproporcionalidade* entre o Departamento III e o Departamento I, o setor de bens de produção.

No período 1968-73, as importações de bens de capital (e intermediários) se expandiram muito mais do que a produção interna, ocasionando a tradicional crise da balança de pagamentos. Na mesma proporção, incrementou-se a remessa de lucros, dividendos, direitos de assistência técnica, juros de empréstimos – acarretando uma crise na conta serviços. A recorrência ao capital financeiro internacional destinava-se a suprir o crescente déficit da balança comercial: a solução imediata foi aumentar ainda mais a dívida externa, a fim de propiciar os meios de pagamento internacionais necessários para o retorno dos lucros do capital internacional sediado no Brasil à circulação internacional.

Deste modo, o *horizonte de estrangulamento das contas externas tendia a ameaçar a própria continuidade da expansão capitalista no país*.¹³ Persiste ainda hoje, como uma espada de Dâmoques sobre o processo de acumulação do capital no Brasil, a perspectiva de estrangulamento das contas externas, como uma ameaça à própria continuidade do novo ciclo de desenvolvimento no país instaurado pela era neoliberal, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso.

Na perspectiva do “Estado desenvolvimentista”, preocupado em garantir a continuidade da reprodução interna do capital, a solução estratégica para sair da contradição entre o progresso da industrialização e o problema dos meios de pagamento internacionais foi dada pelo redirecionamento do padrão de industrialização no país para o Departamento I, com a implantação do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. A produção proveniente do Departamento I criaria, via exportação, os meios de pagamento internacionais, imprescindíveis para a reprodução capitalista no país.

O II PND, de 1976, sob o governo Geisel, tentou resolver, através da industrialização centrada na produção de bens de produção, o problema dos limites de uma industrialização voltada para o mercado interno, em um cenário de internacionalização do capital (que exige, portanto, a criação de meios de pagamento internacionais). Mas a tentativa de completar a matriz industrial no Brasil, de inseri-lo, por completo, na Segunda Revolução Industrial, encontrou limites:

Primeiro, em seus próprios alicerces – *o padrão de financiamento do Estado desenvolvimentista*. Como observa Goldenstein, ao assumir um esforço de investimento muito superior à sua capacidade de arrecadação fiscal e à sua disponibilidade de recursos próprios, “o Estado rompe a lógica que norteava o capitalismo brasileiro até então, sobreendividando-se em condições financeiras de alto risco e sem criar a correspondente capacidade de geração de divisas, que implicaria ‘outra’ conexão externa”.¹⁴

Segundo, é preciso observar que, nessa época, o cenário do capitalismo internacional era deveras hostil (principalmente após 1973). Ocorria uma nova *crise do capitalismo mundial*, expressão da crise estrutural do capital, que tendeu a promover uma instauração lenta (e contínua) de um novo padrão de acumulação de feição flexível. Desenvolvia-se a mundialização do capital e alteravam-se as condições da concorrência no mercado mundial.

Além disso, surgia um *novo complexo produtivo*, vinculado à Terceira Revolução Tecnológica. O que significava que um Departamento I preponderantemente orientado pelo paradigma tecnológico anterior, que começava a ser ultrapassado, no mundo capitalista central, pelo desenvolvimento da nova base técnica – a microeletrônica – e os novos materiais (que substituíam, por exemplo, o aço), tenderia a encontrar sérias dificuldades de realização no mercado mundial.

Nos anos 80, ocorreu a deterioração do cenário da economia capitalista no Brasil, caracterizada pela instabilidade macroeconômica – hiperinflação, recessão, crise financeira. A crise da dívida externa (1981-82), a instauração da crise estrutural do balanço de pagamentos, o estrangulamento das contas externas tendiam a debilitar a reprodução interna de capital. *A economia brasileira viu-se colocada diante da necessidade desesperada de novos saldos na balança comercial, visando a adquirir meios de pagamento internacionais para cumprir o serviço da dívida externa.* Sob a imposição dos ajustes ortodoxos do FMI, com a tutela dos credores internacionais, o país se concentrou no equilíbrio do balanço de pagamentos, adotando, para isso, políticas recessivas que deixavam o circuito interno do capital paralisado. Ocorreu a deterioração crescente do setor público, que se debilitava ainda mais (paralelo à deterioração das condições sociais).

Foi na “década perdida” de 80 que o Brasil se tornou um dos principais países exportadores, com uma pauta variada de produtos industriais, redirecionando, portanto, a sua industrialização para o mercado externo, em busca de superávits na balança comercial (de certo modo, os investimentos públicos do II PND começaram a surtir resultados em meados daquela década).

Diante da nova situação da economia capitalista no Brasil, da crise do capitalismo hipertardió em seu padrão de industrialização substitutivo de importações, impulsionou-se um novo ciclo de reestruturação produtiva, vinculado a paradigmas de organização industrial incorporados à Terceira Revolução Tecnológica.

Um dos seus principais objetivos foi preparar a indústria brasileira para concorrer no mercado mundial, em busca de meios de pagamento internacionais (em primeiro lugar, para saldar os compromissos da dívida externa e, depois, para garantir o retorno da parcela dos lucros das empresas transnacionais à circulação internacional do capital). Deu-se um novo impulso a inovações tecnológico-organizacionais nas principais indústrias do país, surgindo, aos poucos, um novo padrão de flexibilidade vinculado ao toyotismo, que se desenvolvia, ainda, como “toyotismo restrito”. É o que poderíamos salientar como sendo o início de um *novo complexo de reestruturação produtiva*, que assumiria um maior impulso apenas nos anos 1990, indicando a constituição de um “toyotismo sistêmico”.¹⁵

Mais uma vez, portanto (tal como ocorreu na década de 50), um novo surto de reestruturação produtiva acompanhava o redirecionamento do padrão de acumulação capitalista no país, com impactos decisivos sobre o mundo do trabalho. Desta vez, o novo complexo vinculava-se à Terceira Revolução Industrial, à nova lógica da racionalização do trabalho sob a mundialização do capital – o toyotismo. Representava uma nova ofen-

siva do capital na produção e uma nova lógica da superexploração do trabalho sob o capitalismo mundial. Mais ainda: desenvolvia-se no bojo de um sociometabolismo da barbárie vinculada aos desdobramentos da crise estrutural do capital.

As transformações neoliberais no Brasil dos anos 1990

A partir dos anos 1990, de Collor a Cardoso, a política neoliberal surgiu como uma tentativa de recuperar (e promover) a reprodução interna do capital, debilitada, no decorrer da década anterior, pela incapacidade do “Estado desenvolvimentista” de ir além das suas próprias armadilhas. Deste modo, procurava-se instaurar um novo tipo de inserção internacional do capitalismo, aproveitando-se, para isso, as condições propícias do mercado financeiro internacional. De certo modo, o novo ciclo de crescimento capitalista no Brasil, sob o governo Cardoso (pelo menos até 1998), não seria possível se não ocorresse diante de um panorama internacional propício à retomada dos fluxos financeiros internacionais para o país.

O que podemos denominar “política neoliberal” é um processo complexo de medidas de reforma do Estado e da economia capitalista, capazes de propiciar uma transição à nova hegemonia do capitalismo monopolista, um novo padrão de desenvolvimento, vinculado a um modo de inserção dependente da economia brasileira em relação à mundialização do capital.

Iniciou-se com o governo Fernando Collor, em 1990, e prosseguiu, com maior eficácia política, com os governos Itamar Franco (1993-94) e Fernando Henrique Cardoso (1994-98). O governo Lula, que se iniciou em 2003, não conseguiu romper com os constrangimentos do Estado neoliberal. Aliás, com Lula se explicitou a natureza estrutural da nova forma de Estado político que se engendrou a partir da mundialização financeira na borda subalterna e desenvolvida do sistema do capital – o *Estado neoliberal*, que tende a desmistificar os limites da esquerda *politicista*. O que significa que ou se desmonta a forma política do Estado burguês ou, entra governo e sai governo, a dinâmica social não sofre alteração significativa. Pelo contrário, aprofunda-se a crise de legitimidade e de representação política desta forma estatal, dilacerada pelo capital financeiro. No sentido comum, pode-se dizer que cada vez mais o Estado se coloca contra a sociedade.

É claro que a política neoliberal no Brasil tende a assumir formas (e dinâmicas) programáticas diferenciadas a partir dos anos 90. É possível caracterizar um neoliberalismo do tipo “acumulação primitiva”, cuja implantação foi perseguida pelo governo Collor e pelos governos Cardoso, que se caracterizaria pela liberalização comercial abrupta e

pelo novo impulso no processo de privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, etc. Algumas dessas medidas neoliberais assumiram um caráter datado, mas o que tende a se preservar como núcleo deste Estado neoliberal é a macroeconomia da financeirização.

Na verdade, a política neoliberal inclui medidas capazes de reconstituir o Estado capitalista a serviço da nova lógica do capitalismo mundial. O que quer dizer que o neoliberalismo, considerado enquanto ideologia política da burguesia monopolista na época da mundialização do capital, não implica “negar” a centralidade do Estado na economia capitalista, mas reconstituir segundo a lógica das corporações transnacionais. Ou seja, o “Estado mínimo” para os neoliberais é, na verdade, o “Estado máximo” para o capital.

O neoliberalismo busca, através da liberalização comercial (que acirra a concorrência capitalista no país), dar um novo salto na concentração e centralização do capital. A partir daí, tende a ocorrer, nos setores mais dinâmicos, a instauração de uma verdadeira onda de produtividade e qualidade nos setores industriais (e de serviços). É o desdobramento amplo (e intenso) do ciclo de reestruturação produtiva em um novo patamar histórico, um novo complexo, capaz de dar um novo ordenamento à estrutura produtiva – e de classes – no Brasil.

Além da liberalização comercial, impulsionada nos primórdios dos anos 90, sob o governo Collor, é necessário que a política neoliberal instaure medidas capazes de atrair uma nova onda de investimentos de capitais no país. Procura-se incentivar a constituição de novos horizontes para o investimento capitalista, principalmente do investidor internacional, capaz de trazer meios internacionais de pagamento, os dólares necessários para a nova decolagem do padrão de acumulação do capital (é importante salientar que, logo no início da década, ocorreu uma mudança no cenário do capitalismo internacional: existia um novo fluxo de capitais sedentos de valorização nos mercados emergentes, tanto através de investimentos diretos – o capital produtivo – como de investimentos financeiros – o capital especulativo). Por isso, em primeiro lugar, no horizonte de uma “neo-acumulação primitiva” da década de 90, é preciso recompor o horizonte do cálculo capitalista, debilitado, nos anos 80, pela persistente hiperinflação (o que vai se tornar uma obsessão do Estado neoliberal). Nesse bojo é que se procurou promover, como principal objetivo, a estabilização da moeda (tentou-se, em 1991, com Plano Collor e, com mais sucesso, em 1994, com o Plano Real).

Por outro lado, impõe-se a reforma do Estado capitalista no Brasil, como a própria condição para a sustentabilidade da reprodução interna do capital. É um processo complexo, sinuoso e quase impossível nos marcos de um sistema político de clientelas, mas torna-se outra obsessão recorrente do Estado neoliberal. Collor e Cardoso fizeram sua parte no espólio reformista, Lula está fazendo a dele. É importante para a preservação do ciclo de

crescimento capitalista, baseado no equilíbrio das contas externas e do balanço de pagamentos, a presença de novos investimentos externos diretos, atraídos pelas novas oportunidades de negócios criadas pela privatização, cujo ciclo de “acumulação primitiva” se esgotou, e pelo novo espaço de valorização do capital posto pelo Mercosul (um projeto problemático, tendo em vista a *débâcle* irremediável do capitalismo neoliberal na Argentina). Estamos diante de tentativas insistentes de instaurar, tal como ocorreu sob o governo Kubitschek, um novo padrão de financiamento da acumulação capitalista, adequado à época da mundialização do capital. No seu bojo está a determinação da crise estrutural do capitalismo brasileiro – os desequilíbrios persistentes do balanço de pagamentos.

Cabe salientar, entretanto, o caráter ideológico de um suposto padrão de desenvolvimento capitalista. As medidas neoliberais (liberalização comercial, terceirização e fratura da cadeia produtiva, macroeconomia da financeirização) só aprofundam a vulnerabilidade crônica do balanço de pagamentos do país, obrigando-o, para minorar as próprias fragilidades de sua reprodução sistêmica, a se recompor como uma plataforma primário-exportadora, em busca de superávits comerciais cada vez mais instáveis, em virtude da crise de superprodução que atinge o capitalismo mundial.

A partir da década de 80, os agentes do capital mundial – as empresas, conglomerados e corporações transnacionais – incrementaram um novo tipo de internacionalização do capital, cuja principal característica era a rede produtiva mundial, o que resultou no crescimento do comércio interindustrial.¹⁶ A constituição desta produção mundial em rede é uma nova determinação crítica sobre um dos elementos estruturais da crise dos capitalismo subalternos (o problema do balanço de pagamentos).

A nova dependência

O padrão de desenvolvimento capitalista do Brasil sob o “Estado desenvolvimentista” era baseado na “substituição de importações”, num padrão de industrialização vinculado à Segunda Revolução Industrial e no investimento em setores de bens de produção voltados para a “industrialização pesada”. Como salientamos acima, enquanto se implantava no Brasil o II PND, em meados da década de 70, nos países capitalistas centrais, sob o impulso determinante da nova crise de valorização do capital, ocorria um novo complexo de reestruturação industrial voltado para incorporar as novas determinações da Terceira Revolução Tecnológica, dos complexos eletrônicos, da economia cibernética. Surgiram novos setores dinâmicos, vinculados a esta revolução, tais como o “complexo eletrônico-mecatrônico”.¹⁷

Na verdade, a nova crise de valorização do capital que se instalou a partir de 1973 tendia a promover *alterações nas condições da concorrência capitalista internacional*, não só na sua intensidade, mas na *espécie*, cada vez mais vinculada à capacidade de lançamento de novos produtos. Surgia um novo tipo de acumulação do capital, denominada “acumulação flexível”, que tendia a desenvolver uma “nova dependência” no interior do sistema do capitalismo mundial.

Por exemplo, na economia das transações mercantis vigentes na era da mundialização do capital, os produtos industriais aproximavam-se de possuir um maior valor agregado por unidade, o que implica considerar que um país capitalista que não possuísse um complexo eletrônico – ou “complexo eletrônico-mecatrônico” – seria incapaz de constituir a matriz industrial da época da Terceira Revolução Industrial, sendo, portanto, dependente da obtenção de produtos de alta tecnologia dos países capitalistas centrais.

Além disso, o cenário mundial da concorrência capitalista exigia não apenas investimentos em capital intensivo na produção, através de novas tecnologias microeletrônicas, mas, principalmente, novos padrões de gestão da produção capitalista, capazes de propiciar um elevado patamar de qualidade e competitividade (o toyotismo surgia, deste modo, como “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva). Era necessário, portanto, um novo tipo de manipulação da subjetividade operária, uma captura desta pela lógica do capital.

Desse modo, a dinâmica da crise estrutural do sistema do capital que se desenvolve a partir dos anos 70 alarga e aprofunda o lapso de dependência do Brasil para com o capitalismo central desenvolvido. Esta é uma das determinações da crise estrutural que se rebate na crise do capitalismo brasileiro.

No Brasil, a partir de meados da década de 70, o II PND procurava completar a matriz de relações industriais segundo o padrão industrial vigente sob a Segunda Revolução Industrial. Mas a nova crise de valorização do capital, que impulsionou a Terceira Revolução Tecnológica nos países capitalistas centrais, adiou (ou eliminou de vez) a possibilidade objetiva de o país integrar-se na “nova modernidade”. Esta é mais uma determinação estrutural da “nova dependência”.

Na verdade, desde os anos 50, aprofundou-se a subalternidade fundante do capitalismo brasileiro, um processo de dependência estrutural à lógica do capitalismo mundial que contrasta com a “ilusão de autonomia”, alimentada pela aspiração de um capitalismo nacional (o nosso paradoxo histórico é que o novo surto de industrialização, em meados dos anos 50, permitiu que se desenvolvesse uma “ilusão de autonomia” do capitalismo nacional, ao mesmo tempo em que se aprofundavam, cada vez mais, seus vínculos básicos com o capitalismo mundial).

Apesar de a “industrialização pesada” no Brasil, a partir de meados da década de 50, ocorrer sem o interesse estratégico do país capitalista hegemônico (os Estados Unidos), ela tinha apoio dos centros de decisão capitalista emergentes no Japão e na Europa Ocidental. Ou seja, era uma industrialização que se constituía nas “brechas do policentrismo”, no plano do capitalismo mundial.¹⁸

No novo período da mundialização do capital, entretanto, não interessa a nenhum pólo capitalista mundial que o padrão de industrialização no Brasil prossiga nos velhos moldes do desenvolvimentismo, baseado na “substituição de importação” e na proteção do mercado nacional, mas que haja, pelo contrário, liberalização comercial, seguindo a lógica das novas estratégias corporativas das empresas e conglomerados transnacionais.

É esta nova dinâmica que instaura as determinações políticas e financeiras do *Estado neoliberal* em sua configuração brasileira. O Estado neoliberal é o Estado político da nova dependência, esgotamento das energias utópicas da modernidade burguesa no Brasil. É claro que se abre um campo de contradições internas interclasses e intraclasse capitalista, tendo em vista a necessidade de preservar espaços de reprodução sustentáveis no território nacional. Por exemplo, a retomada de uma política industrial e as dificuldades da construção da Alca no governo Lula expressam a busca de um *tertius* cada vez mais precário entre interesses burgueses internos e os do capital global financeirizado.

A nova etapa do capitalismo mundial implica uma alteração dos circuitos de investimentos diretos externos, das estratégias de transferência de tecnologia das empresas, corporações e conglomerados transnacionais, dos seus padrões de competição, do sistema financeiro internacional. É por isso que, para o Brasil – um país capitalista dependente e subalterno no campo do mercado mundial –, o novo padrão de desenvolvimento (e o surto de reestruturação produtiva associada a ele), integrado à mundialização do capital, possui um sentido histórico negativo, principalmente na perspectiva do mundo do trabalho organizado (o que significa o desenvolvimento do processo da nova precarização do trabalho).

É claro que o cenário de mundialização do capital promete a constituição de novos circuitos de investimentos de capital dirigidos para os países de capitalismo hipertardio, como o Brasil. Contudo, resta perguntar que capital é este. Na verdade, é um circuito de capital predominantemente de curto prazo, altamente especulativo, vinculado aos mercados financeiros internacionais e cujo único objetivo é a “reprodução hermafrodita da riqueza abstrata” (é claro que o Brasil tem recebido capitais de mais longo prazo, o que, no entanto, não os salvaguarda dos movimentos especulativos de curto prazo).

Deste modo, os novos fluxos de capitais são incapazes de dar, por si sós, uma solução estratégica ao problema estrutural do capitalismo industrial no Brasil: o estrangulamento das contas externas. Essa nova dinâmica do capital financeiro instaura uma determinação *financeiróide* deste problema estrutural, abrindo mais um flanco da crise.

Temos observado – desde o Plano Real – o crescimento dos investimentos externos diretos no Brasil. Só que o capital produtivo não é mais o investimento direto externo que traz a promessa de novos empregos industriais, tal como ocorreu nos anos 50 e 60, no período de “industrialização pesada”. Pelo contrário, é o investimento produtivo intensivo *em capital*, e não em trabalho. É, portanto, uma nova lógica de acumulação do capital – a acumulação flexível – que incorpora os pressupostos da *lean production*, que altera o processo (e organização) de trabalho na perspectiva de uma nova hegemonia do capital na produção, criando um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil e instaurando, num novo patamar histórico, a crise do sindicalismo classista no país.

É por isso que, sob a era neoliberal, o novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, pode ser considerado uma nova ofensiva do capital na produção. Ele é parte intrínseca de um processo sócio-histórico de desenvolvimento capitalista cujo resultado é a desconstrução do mercado de trabalho urbano, através da precarização de empregos e salários e da debilitação do operário-massa e do sindicalismo classista, tal como se constituiu sob a industrialização substitutiva. É, portanto, a desconstituição do terreno nacional-popular, que tende a enfraquecer os principais obstáculos sócio-históricos postos à perversidade do capital em nosso país, tal como os sindicatos de classe, que se caracterizaram como baluartes à superexploração do trabalho, como trincheiras de resistência da democracia de massa contra as taras do capitalismo retardatário.

Múltiplas dimensões da crise do capitalismo no Brasil

A crise do capitalismo brasileiro tem uma dimensão histórico-clássica decorrente de sua objetivação hipertardia, caracterizada pela busca de financiamento para a reprodução do capital. Ela se manifesta, por exemplo, nas crises de balanço de pagamentos, recorrentes desde os primórdios da industrialização. Na verdade, a economia capitalista industrial se impulsionou, num primeiro momento, a partir de fundos de base agroexportadora, e para se manter ou se sustentar nas condições da concorrência capitalista monopolista precisou constituir, a partir de investimentos do Estado, uma infra-estrutura pesada adequada ao novo patamar de uma economia capitalista complexa.

A crise fiscal do Estado no Brasil, com suas múltiplas determinações que não convém analisar aqui, implica uma (re)articulação da nossa objetivação capitalista com o sistema capitalista mundial. Ela ocorre a partir das políticas neoliberais. A inserção subalterna do Brasil na mundialização financeira apenas *sobredetermina* o problema crônico de crise do balanço de pagamentos e suas determinações sobre as demais variáveis da acumulação de capital e desenvolvimento de sua base sociomaterial.

É no contexto da mundialização do capital que se (re)põe o problema clássico da *questão nacional*. Um dos limites (e impossibilidades) do desenvolvimentismo era conciliar objetivação capitalista e integração nacional, no sentido dos interesses das massas historicamente excluídas do processo de modernização retardatário. A teleologia *desenvolvimentista* apreendia os potenciais de acumulação de riqueza, mas *não* conseguia resolver a charada da inclusão social. Na verdade, trata-se de uma incapacidade ontológica, e não meramente política, pois se está lidando com um “sujeito” de modernização, o capital em geral, cuja forma de ser pressupõe exploração, desigualdades e exclusão em todas as formações históricas pretéritas, principalmente naquelas que se inseriram de maneira hipertardia.

Por exemplo, num artigo intitulado “Redefinindo a questão nacional”, Tavares vislumbra possibilidades de inserção virtuosa do Brasil no novo sistema mundial do capital. Depois, assaltada por uma lembrança “desenvolvimentista”, interroga-se sobre como transformar a acumulação em inclusão social: “Um novo ‘modelo primário exportador’ ou a retomada da industrialização num patamar tecnológico mais avançado não garantem a inclusão social no futuro, como não o fizeram no passado”.¹⁹ Na verdade, desde 1964 o dilema “desenvolvimentista” persiste e insiste, assumindo dimensões quase trágicas. Se no crescimento “estatal-autocrático” dos anos 1969-73 havia um lastro de projeto de nação, que criava bases territoriais de modernidade (e Santos diz que “o território deve ser a fala privilegiada da nação”), a perspectiva do “crescimento” neoliberal dos anos 1990 é diluir tais bases territoriais da modernidade e “implodir” a nação, enterrando de vez as promessas de desenvolvimentismo clássico.²⁰

A crise primordial, enfim, em que ainda nos debatemos como objetivação capitalista retardatária, é a da incapacidade do financiamento da acumulação interna, intrincada com o endividamento externo que tende a estrangular, nas condições da mundialização financeira, a própria perspectiva de desenvolvimento sustentável. A dinâmica do capital financeiro, que se tornou predominante nos últimos 30 anos e que se incrustou na própria forma política do Estado burguês (o Estado neoliberal), não é a dinâmica do capital produtivo.

Existe, portanto, uma clivagem histórica na dinâmica capitalista que tende a *sobre-determinar* a crise crônica do capitalismo industrial no Brasil. Surge uma nova determinação da crise: a da reprodução dos interesses parasitários do capital financeiro interno e externo, colocando problemas para a constituição das bases de um desenvolvimento industrial-produtivo sustentável.

Finalmente, existe uma outra dimensão da crise do capitalismo no Brasil – a da crise do sistema mundial do capital em si e para si. É uma dimensão sistêmica que impõe limites ao projeto de desenvolvimento da nação, tanto quanto o da predominância do capital financeiro. Ele se dá pelas determinações do comércio mundial, mas sob a lógica da financeirização dos capitais transnacionais (imbrica-se, portanto, com a dimensão anterior, limitando mais ainda a capacidade de desenvolvimento nos moldes *desenvolvimentistas* clássicos).

Trabalho e a mundialização do capital no Brasil

O desenvolvimento e a crise do capitalismo no Brasil em suas múltiplas determinações (a dimensão crônica do balanço de pagamentos, a *financeiróide* e a sistêmico-estrutural) se rebate sobre o mundo do trabalho. Verificamos como a fase clássica do desenvolvimento industrial criou um mundo urbano-industrial, integrando o Brasil ao sistema mundial a partir do governo Juscelino Kubitschek, quando se criaram as bases materiais da promessa de modernidade. Apesar de imersa na crise crônica de balanço de pagamentos, a materialidade da modernização era progressiva. Mesmo o desenvolvimento espúrio que ocorreu a partir de 1964 até a crise do “milagre” mantinha a promessa de crescimento do “bolo” a ser dividido por pressão política – talvez seja essa a base do *politicismo* vigente tanto na direita como na esquerda no período da abertura democrática.²¹ O surgimento de um novo proletariado urbano-industrial e de serviços criou a perspectiva da modernidade insurgente, do projeto de nação inconcluso nas objetivações hipertardias. A base material do mundo do trabalho que nasce do surto de desenvolvimentismo espúrio é que cria os sujeitos da democratização, que levanta os movimentos sociais da década de 1980.

A crise em que o capitalismo brasileiro se debate há pouco mais de 20 anos, contudo, e não apenas em sua dimensão crônica, mas em seu viés *financeiróide* e de lastro sistêmico, esgarçaria as bases materiais deste mundo do trabalho progressivo. O complexo de reestruturação produtiva que destacamos acima aparece como ofensiva do capital na produção.

Ela assume um caráter regressivo no plano da sociabilidade que merece ser investigado, rebate-se de forma múltipla no mundo do trabalho, assumindo, deste modo, uma dimensão variada, que indicaremos apenas de forma preliminar – é a determinação *financeiróide* da crise, que se articula com a sistêmica para aprofundar a precariedade e a precarização.

Surge o *precário mundo do trabalho*, cujo nexos não é o da precariedade crônico-estrutural das massas marginais que o velho desenvolvimentismo não conseguia incluir: trata-se da precariedade e da precarização das bases modernas de acumulação, alucinadas pela lógica da financeirização e do trabalho abstrato elevado à enésima potência (o incremento da produtividade do trabalho que não apenas enxuga as empresas, mas exige o desmonte dos direitos parcos do salariado).

No ensaio *O ornitorrinco*, Francisco de Oliveira destacou que, com a “década neoliberal”, ocorreu uma transformação abrupta da estrutura de classes no Brasil. Presenciamos, hoje, uma crise da representação política e dos seus sujeitos coletivos organizados, uma dimensão da crise do Estado. É tal “implosão” das bases materiais da modernidade salarial que inviabilizaria, por exemplo, um projeto “desenvolvimentista” de base cepalina. A tragédia do ornitorrinco, descrita por Oliveira, seria a expressão alegórica destas múltiplas determinações da crise do capitalismo no Brasil. A dimensão clássica do desajuste estrutural do balanço de pagamentos é *sobredeterminada* pela dimensão *financeiróide* e pelas determinações sistêmicas do mundo do capital. O crescimento alucinado da produtividade do trabalho é o dado sistêmico decisivo que atinge a crise do capitalismo no Brasil: “Avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato”. Inclusive, para ele, o desmonte deste parco *Welfare State* e o avanço da precarização dos *nichos* modernos no Brasil decorreria desta determinação sistêmica: “o fenômeno que preside tudo é a enorme produtividade do trabalho”.²²

De certo modo, Oliveira salienta, também, a dimensão *financeiróide* da crise, que se manifestaria, por exemplo, através da obsessão por um superávit primário mais elevado, imposto pela tecnoburocracia do FMI. Entretanto, ela se expressaria também, por outro lado, no campo das classes sociais, através de um estratagema: dela surgiria uma “verdadeira nova classe social” que, saindo do mundo do trabalho, seria a síntese social desta dimensão *financeiróide* da crise. Ela se estruturaria sobre, “de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT”.²³ Ou seja, a “nova classe social”, incrustada no governo Lula, em articulação com os setores do capital financeiro

internacional (cujo mediador-mor é o grão-ministro da Fazenda, Antonio Palocci!), decorreria, portanto, desta base material dos nexos da financeirização exacerbada. Sua contrapartida social de massa seria o precário mundo do trabalho, resultado desta nova precarização que atingiria não apenas os trabalhadores industriais, mas os de serviços e os da administração pública.

Pode-se dizer que os trabalhadores do setor público desta década são os “metalúrgicos da era neoliberal”. É deles que surgirá – com todos os limites de sua consciência de classe contingente e de sua inserção na divisão social do trabalho – a rebeldia do trabalho urbano contra as novas clivagens da crise do capitalismo no Brasil e do Estado neoliberal. Deste modo, é sintomático, por exemplo, o surgimento, em 2004, do Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL), cujo manifesto, assinado por Francisco de Oliveira e Ricardo Antunes, entre outros intelectuais de esquerda que militavam no PT de outrora, aparece como alternativa política de esquerda à ordem. É um produto deste “novo campo gravitacional” que surge da confluência orgânica, no Brasil, entre neoliberalismo e capitalismo mundial em crise. Esta formação político-partidária expressaria, em sua contingência, a dilapidação de um elo reprodutivo-sistêmico – no campo do trabalho – do “Estado desenvolvimentista” em liquidação pela nova lógica sistêmica vigente. Entretanto, a questão é saber quais as verdadeiras perspectivas de intervenção político-social deste Partido, nas condições socioinstitucionais de ampla precarização (inclusive organizacional) do mundo do trabalho e de crise irremediável da democracia representativa e da institucionalidade política da ordem do capital no Brasil *neoliberal*.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

¹ ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a degradação do trabalho no capitalismo global*. Londrina, Editora Práxis, 1999.

² Id. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital: notas sobre o sociometabolismo da barbárie. *Revista Katalysis*. CRSS, Florianópolis, Editora da UFSC, 2004.

³ Id. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2000.

⁴ CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

⁵ CARDOSO DE MELLO, João M. *O capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. São Paulo, Nobel, 1989.

- ⁷ CARDOSO DE MELLO, João M. *O capitalismo tardio*, op. cit.
- ⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: a crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Cebrap, 1971.
- ⁹ LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. São Paulo, Nobel, 1991.
- ¹⁰ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980*. São Paulo, Editora Ensaio, 1988.
- ¹¹ HUMPHREY, John. *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. São Paulo, Vozes/Cebrap, 1982.
- ¹² OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência*, op. cit.
- ¹³ Id., *ibid.*
- ¹⁴ GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p. 181.
- ¹⁵ ALVES, op. cit.
- ¹⁶ CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- ¹⁷ COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial. *Economia e Sociedade*, n. 1. São Paulo, Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 1992.
- ¹⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: a crítica à razão dualista*, op. cit.
- ¹⁹ TAVARES, Maria da Conceição. Redefinindo a questão nacional. *Folha de S. Paulo*, 25 de abril, 2004, B2 (Lições Contemporâneas, B2.)
- ²⁰ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- ²¹ CHASIN, J. *A miséria brasileira 1964-94: do golpe militar à crise social*. São Paulo, Ad Hominem, 2000.
- ²² OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista & O ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- ²³ Id., *ibid.*